Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
PREGÃO Nº 054/2026

FORMA ELETRÔNICA

O Município de Recreio, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o 17.735.754/0001-92, com sede administrativa na Rua Prefeito José Antônio, nº 126, Bairro Centro, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal e demais condições fixadas neste instrumento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Não

FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO: Não

A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 11/12/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: www.licitardigital.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília

Observações:
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

1- OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo, zero km, Van 15+1, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio-MG.**

1.2. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE (Proposta nº 001581/2026, Plano de Trabalho nº 000994/2026), celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Recreio/MG, no âmbito do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, destinado à aquisição de veículo escolar para atendimento aos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as Pessoas Jurídicas, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e se encontrem devidamente cadastradas na plataforma eletrônica **LICITAR DIGITAL**.

2.1.1. O cadastro na plataforma eletrônica poderá ser realizado através do endereço www.licitardigital.com.br.

2.2. Não poderão participar da licitação:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.
3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.
3.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3° da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
I- Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
II- Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
III- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

IV- Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
V- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;
VI- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
VII- Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
VIII- Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar n°123/06, cujos termos declaro conhecer na integra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.
IX- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
4.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
4.3.2. **Ao firmar a declaração constante no item VIII, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.**

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I- VALOR UNITÁRIO

II- VALOR TOTAL

III- MARCA, MODELO E VERSÃO

IV- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SIMILARES À ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: INDICANDO, NO QUE FOR APLICÁVEL: MODELO, PRAZO DE GARANTIA ETC.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio chat para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item.**
6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde a **R$ 0,01 (um centavo).**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou inexequível, cabendo ao Pregoeiro autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa **"aberto"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição **das demais colocações**.
6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
I- Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
II- Empresas brasileiras;
III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante vencedor.
6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
6.19.4. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.
6.19.4.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21. Uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06
6.21.1. Nessas condições, as propostas de Microempreendedores Individuais –MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se encontrarem na faixa de até 5%

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

(cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, ou, abaixo do maior desconto percentual, conforme o caso, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7- DA FASE DE JULGAMENTO
7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no instrumento convocatório, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
I- Contiver vícios insanáveis;
II- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
III- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
IV- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, será considerado como indício de inexequibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
I- Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II- Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no § 5º do Art. 59.
7.7.4.1. Serão admitidas as garantias nas seguintes modalidades:
I- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II - Seguro-garantia;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilhas não constituem motivo para sua desclassificação. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema**, desde que não haja alteração do preço.**
7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
7.9.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO
8.1. O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos para fins de habilitação:

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA
I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;
VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;
VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88**.**

8.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
I – CERTIDÃO DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, expedida pelo distribuidor judicial competente da comarca da sede da pessoa jurídica licitante, destinada à comprovação da inexistência de processos de falência em seu desfavor, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data estipulada para abertura do certame, salvo se constar expressamente no documento prazo de validade diverso.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.
8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9- DOS RECURSOS
9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
II- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar e
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

10.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
10.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
10.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
10.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
10.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- A natureza e a gravidade da infração cometida.
II- As peculiaridades do caso concreto
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública
V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
10.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

10.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

10.7. A sanção prevista no inciso IV do item 10.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III,

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

10.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

10.16. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

10.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:
I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
10.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma LICITAR DIGITAL pelos licitantes ou pelo e-mail licitacao@recreio.mg.gov.br pelos demais interessados.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços, bem como os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes dela, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

13- DOS ANEXOS

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

13.1. São partes integrantes deste instrumento:
ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Minuta Contratual

14- DO FORO

14.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Leopoldina-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Recreio-MG, 24 de novembro de 2026.

_____
Ruan Ferreira Brito
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
PREGÃO Nº 054/2026
TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo, zero km, Van 15+1, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio-MG.**

1.2. Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, optou-se pela contratação com o orçamento estimado de caráter sigiloso, nos termos do Artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21. Segue planilha com as especificações detalhadas e quantitativos pretendidos para este procedimento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1.	**VAN PARA TRANSPORTE ESCOLAR – CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS + MOTORISTA:** Veículo automotor tipo van, com carroceria fechada e teto alto, destinado ao transporte de alunos da rede municipal de ensino, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, sendo 15 (quinze) passageiros e 01 (um) motorista, com assentos individuais e cintos de segurança para todos os ocupantes. Equipado com motor movido a óleo diesel, potência mínima de 130 CV e cilindrada mínima de 2.143 cm^3, direção hidráulica, sistema de tração e suspensão conforme linha de produção do fabricante. Deverá possuir, no mínimo, 03 (três) portas laterais, compreendendo os acessos dianteiros e o acesso lateral ao compartimento de passageiros, além das portas traseiras conforme configuração original do fabricante. Deverá ser equipado com sistema de ar-condicionado com capacidade adequada para climatização do compartimento dos passageiros e da cabine do motorista, sistema de iluminação interna, retrovisores externos, vidros de segurança, bancos revestidos com material resistente e de fácil higienização, além dos demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente. O veículo deverá atender às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e às normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN aplicáveis ao transporte coletivo de escolares, incluindo os	UNID	01

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

	requisitos de segurança, identificação e sinalização específicos dessa modalidade, devendo ser entregue em condições regulares para registro, licenciamento e utilização no transporte escolar, acompanhado dos respectivos manuais e documentação necessária.		

1.2.1. As memórias de cálculo e documento que dão suporte à estimativa do valor da contratação, constam em anexo classificado que será divulgado após a conclusão do certame,
1.2.2. O orçamento estimado poderá ser utilizado pelo Pregoeiro como parâmetro de negociação final com o licitante vencedor.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO
2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado, ressalvados os casos supervenientes, devidamente comprovados, respeitando as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de fortalecimento da estrutura de transporte escolar do Município de Recreio/MG, mediante a aquisição de 01 (um) veículo escolar destinado ao atendimento dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, visando assegurar condições adequadas de segurança, conforto, regularidade e eficiência nos deslocamentos dos estudantes, especialmente daqueles residentes em comunidades rurais e localidades mais afastadas das unidades educacionais.

3.2. A contratação encontra respaldo no direito fundamental à educação, assegurado pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 208, inciso VII, que estabelece o dever do Estado de garantir o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Adicionalmente, a Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe, em seu art. 11, inciso VI, sobre a responsabilidade dos Municípios de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, evidenciando a relevância da disponibilização de meios adequados para a execução desse serviço público essencial.

3.3. A necessidade da contratação está diretamente vinculada à execução do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Recreio/MG, formalizado por meio da Proposta SIGCON nº 001581/2026 e do Plano de Trabalho nº 000994/2026, no âmbito do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais. O referido instrumento estabelece a transferência de recursos financeiros estaduais no valor de R$ 360.612,50 (trezentos e sessenta

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), destinados à aquisição de veículo escolar para atendimento dos estudantes da rede municipal de ensino, devendo a aplicação dos recursos observar integralmente a finalidade pactuada e as condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.

3.4. A aquisição pretendida constitui medida necessária ao fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Educação, possibilitando a ampliação e a melhoria das condições de atendimento do transporte escolar, a organização das rotas e a disponibilização de veículo apropriado às necessidades dos estudantes. A iniciativa contribuirá para reduzir limitações operacionais da frota municipal, favorecer a regularidade dos deslocamentos e proporcionar melhores condições de acesso e permanência dos alunos nas unidades educacionais, em consonância com as políticas públicas de educação desenvolvidas pelo Município.

3.5. Sob o aspecto do planejamento da contratação, a solução foi objeto de avaliação no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado em observância às disposições do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, no qual foram analisadas a necessidade administrativa, as alternativas disponíveis para atendimento da demanda, a viabilidade técnica e econômica da aquisição e os resultados pretendidos. Considerando que os recursos financeiros estão vinculados à aquisição de bem permanente, conforme expressamente previsto no instrumento de convênio e no respectivo Plano de Trabalho, concluiu-se que a aquisição de veículo escolar representa a alternativa adequada e compatível com as condições atualmente pactuadas, permitindo o atendimento da necessidade identificada e o cumprimento da finalidade estabelecida pelo órgão concedente.

3.6. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade, da competitividade, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como as condições estabelecidas no Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, no Decreto Estadual nº 48.745/2023 e nas demais normas aplicáveis à utilização e à prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo Estado de Minas Gerais.

3.7. Diante do exposto, a contratação encontra-se devidamente justificada pelo interesse público, pela necessidade de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e pelo compromisso de execução do objeto pactuado com o Governo do Estado de Minas Gerais, constituindo investimento destinado à melhoria da infraestrutura de transporte escolar e ao fortalecimento das políticas públicas educacionais do Município de Recreio/MG. A aquisição permitirá a disponibilização de veículo adequado ao transporte dos estudantes, contribuindo para a continuidade, a segurança e a eficiência dos serviços prestados, observadas as especificações técnicas, os quantitativos e as condições de fornecimento estabelecidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

4.1. O veículo a ser adquirido deverá atender integralmente às especificações técnicas, características mínimas e condições de fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação de Recreio/MG, bem como as disposições constantes do Plano de Trabalho nº 000994/2026, vinculado à Proposta SIGCON nº 001581/2026 e ao Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, e a legislação aplicável à fabricação, comercialização, circulação e utilização de veículos destinados ao transporte escolar.

4.2. O objeto deverá consistir em veículo automotor tipo van, novo, zero quilômetro, com carroceria fechada e teto alto, fabricado há, no máximo, 06 (seis) meses contados retroativamente da data de julgamento das propostas, destinado ao transporte escolar, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, sendo 15 (quinze) passageiros e 01 (um) motorista, devendo apresentar, no mínimo, as seguintes características técnicas:

a) Carroceria fechada, tipo van, com teto alto, adequada ao transporte coletivo de passageiros;

b) Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, além do motorista, totalizando, no mínimo, 16 (dezesseis) ocupantes;

c) No mínimo, 03 (três) portas laterais, compreendendo os acessos à cabine do motorista e ao compartimento de passageiros, além de portas traseiras conforme configuração original de fábrica;

d) Motorização a diesel;

e) Potência mínima de 130 CV;

f) Cilindrada mínima de 2.143 cm^3;

g) Sistema de direção hidráulica;

h) Sistema de tração conforme linha de produção do fabricante;

i) Sistema de suspensão conforme linha de produção do fabricante;

j) Sistema de transmissão conforme configuração original de fábrica;

k) Sistema de ar-condicionado com capacidade adequada para climatização da cabine do motorista e do compartimento de passageiros;

l) Bancos individuais ou configuração original homologada para a capacidade exigida, com revestimento resistente e de fácil higienização;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

m) Cintos de segurança para todos os ocupantes, em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

n) Sistema de freios compatível com a categoria e a capacidade do veículo, equipado com os dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente;

o) Sistema de iluminação interna adequado ao compartimento de passageiros;

p) Retrovisores externos, vidros de segurança e demais dispositivos necessários à condução segura do veículo;

q) Sistema de ventilação, iluminação e sinalização conforme as normas aplicáveis à categoria;

r) Registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, quando exigido pela legislação aplicável ao transporte escolar;

s) Identificação externa de transporte escolar, incluindo faixa horizontal com a inscrição "ESCOLAR" e demais elementos de sinalização obrigatórios previstos na legislação vigente;

t) Equipamentos de segurança e dispositivos de emergência exigidos para veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;

u) Todos os equipamentos, componentes e acessórios obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro e nas regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN aplicáveis à categoria e à finalidade do veículo.

4.3. O veículo deverá ser fornecido em sua configuração original de fábrica, acompanhado de todos os equipamentos e acessórios de série correspondentes à versão ofertada, tendo como referência as informações técnicas disponibilizadas pelo fabricante, inclusive aquelas constantes dos catálogos, fichas técnicas e demais documentos oficiais. Eventuais adequações necessárias à utilização como transporte escolar deverão observar as normas de segurança, as exigências de homologação e as disposições da legislação vigente, sendo vedada a supressão de equipamentos integrantes da configuração originalmente comercializada.

4.4. O veículo deverá ser comprovadamente novo, zero quilômetro, sem utilização anterior para fins particulares, comerciais ou institucionais, admitindo-se exclusivamente a quilometragem necessária aos procedimentos de fabricação, inspeção, testes, preparação e transporte até o local de entrega, não sendo aceitos veículos usados, seminovos, recondicionados ou recuperados de sinistros.

4.5. A data de fabricação do veículo deverá observar o limite máximo de 06 (seis) meses estabelecido nas especificações do objeto, contados retroativamente da data de julgamento das

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

propostas, devendo a contratada apresentar, quando solicitado pela Administração, documentação idônea que possibilite a comprovação do atendimento dessa condição.

4.6. O veículo deverá atender integralmente às normas de segurança e às regulamentações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, pela Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN e pelos demais órgãos competentes, especialmente quanto aos equipamentos obrigatórios, sistemas de segurança, identificação veicular, emissão de poluentes, transporte coletivo de passageiros e requisitos específicos aplicáveis aos veículos destinados à condução de escolares, observadas as disposições dos arts. 136 a 139 do Código de Trânsito Brasileiro, no que couber.

4.7. Os equipamentos e acessórios integrantes do veículo deverão ser novos, originais ou homologados pelo fabricante, compatíveis com a versão fornecida e devidamente instalados, não sendo admitidas adaptações que comprometam a segurança, o desempenho, a integridade estrutural, a capacidade de transporte ou as condições de garantia do bem. As adequações destinadas ao transporte escolar deverão ser executadas de acordo com as exigências legais e técnicas pertinentes, assegurando condições apropriadas de utilização e segurança dos estudantes.

4.8. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem apresentar defeitos de fabricação, avarias, danos estruturais, falhas mecânicas, elétricas ou eletrônicas, devendo estar devidamente preparado para sua utilização regular pela Administração Municipal, com todos os sistemas, equipamentos e acessórios em pleno funcionamento, especialmente aqueles relacionados à segurança e ao conforto dos passageiros.

4.9. A contratada deverá fornecer o veículo acompanhado de toda a documentação necessária à sua identificação, registro, licenciamento e utilização, incluindo a respectiva nota fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia, documentação técnica do fabricante e demais documentos exigidos pela legislação vigente, de modo a permitir sua regular identificação e incorporação à carga patrimonial do Município, bem como a realização dos procedimentos administrativos necessários à autorização para circulação como veículo de transporte escolar perante os órgãos competentes.

4.10. O veículo deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, abrangendo os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, sistemas de direção, transmissão, suspensão, climatização e demais componentes contemplados pelas condições de garantia do fabricante, observados os prazos e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legalmente asseguradas à Administração.

4.11. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar o atendimento das solicitações relacionadas a eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento, providenciando, diretamente ou por intermédio da rede de assistência técnica autorizada, os reparos e

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

substituições necessários, sem custos adicionais para a Administração quando abrangidos pela garantia, visando preservar a segurança, a confiabilidade e a disponibilidade operacional do veículo destinado ao transporte dos estudantes.

4.12. O fornecimento deverá ocorrer no local, prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, cabendo à contratada assumir integralmente os custos de transporte, frete, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias à efetiva entrega do veículo, incluindo os custos relativos aos equipamentos e acessórios exigidos nas especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.

4.13. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo as informações necessárias à identificação individualizada do veículo, especialmente marca, modelo, versão, ano de fabricação, ano/modelo, número do chassi e demais elementos exigidos pela legislação aplicável, assegurando a rastreabilidade da aquisição e a adequada comprovação da despesa realizada com recursos provenientes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE.

4.14. O recebimento do veículo ficará condicionado à verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, podendo a Administração realizar inspeções, conferências documentais e testes de funcionamento necessários à comprovação do atendimento das exigências previstas, especialmente quanto à capacidade de passageiros, motorização, sistemas de segurança, equipamentos obrigatórios e condições de utilização no transporte escolar.

4.15. Constatadas irregularidades, avarias, defeitos ou divergências entre as características do veículo entregue e aquelas estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá promover as correções ou substituições necessárias, sem ônus adicional para a Administração, observados os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, não sendo admitido o recebimento definitivo de veículo que apresente desconformidades capazes de comprometer sua segurança, funcionalidade ou adequação à finalidade pretendida.

4.16. Serão admitidos veículos de diferentes marcas, modelos e fabricantes disponíveis no mercado nacional, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas, inclusive mediante apresentação de características técnicas similares ou superiores, quando compatíveis com os parâmetros expressamente exigidos, não sendo admitida preferência injustificada por fabricante ou modelo específico.

4.17. As características técnicas estabelecidas deverão observar os resultados do levantamento de mercado e as necessidades identificadas pela Administração Municipal, buscando assegurar a aquisição de veículo que apresente condições satisfatórias de segurança, conforto, confiabilidade, desempenho, capacidade de transporte e durabilidade, especialmente em razão de sua utilização no deslocamento de alunos da rede municipal de ensino, sem imposição de

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

exigências excessivas ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a competitividade do procedimento licitatório.

4.18. A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, à responsabilidade pela qualidade e conformidade do objeto, ao atendimento das determinações da fiscalização e à adoção das providências necessárias à adequada execução da contratação, bem como as normas de trânsito e de segurança aplicáveis aos veículos destinados ao transporte escolar.

4.19. Considerando a natureza comum do objeto e a existência de fornecedores regularmente estabelecidos no mercado de veículos automotores, não se identifica a necessidade de exigências de qualificação técnica especializadas que extrapolem aquelas estritamente indispensáveis à comprovação da capacidade de fornecimento do bem nas condições estabelecidas, devendo ser preservados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ampla competitividade, sem prejuízo da comprovação de conformidade do veículo com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à sua categoria.

4.20. A execução da contratação deverá assegurar a correspondência entre o veículo efetivamente adquirido e o objeto previsto no Plano de Trabalho nº 000994/2026, vinculado à Proposta SIGCON nº 001581/2026 e ao Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, garantindo a adequada aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado de Minas Gerais, a rastreabilidade da despesa, o controle patrimonial do bem e o atendimento à finalidade pública estabelecida, em conformidade com as disposições do Decreto Estadual nº 48.745/2023 e demais normas aplicáveis à execução e prestação de contas dos recursos conveniados.

4.21. Dessa forma, os requisitos estabelecidos destinam-se a assegurar o fornecimento de veículo escolar adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio/MG, proporcionando segurança, conforto, eficiência, confiabilidade e durabilidade no transporte dos estudantes, contribuindo para a regularidade das rotas escolares, a melhoria das condições de deslocamento dos alunos e o fortalecimento dos serviços públicos educacionais, em conformidade com as condições técnicas da contratação e com os princípios que regem a Administração Pública.

4.22. O veículo deverá ser fornecido com garantia de fábrica, conforme os prazos, condições e coberturas estabelecidos pela respectiva montadora para o modelo e a versão ofertados, contada a partir da data de entrega e recebimento definitivo do bem pela Administração Municipal, abrangendo eventuais defeitos de fabricação e funcionamento dos componentes e sistemas contemplados pela garantia. Durante sua vigência, deverá ser assegurado o acesso à rede de assistência técnica autorizada do fabricante, observadas as condições previstas no manual de garantia, sem qualquer ônus para a Administração quanto aos reparos e substituições decorrentes de defeitos cobertos pela garantia contratual.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

4.22.1. Nos casos de defeito de fabricação e/ou falha, excetuados os decorrentes de uso impróprio, a partir da entrega do bem, será de responsabilidade da empresa vencedora o custeio de todos os serviços necessários ao atendimento da garantia, incluindo, mas não se limitando a peças, acessórios, mão de obra, deslocamento, estadia e alimentação do técnico responsável, nos casos de análises, diagnósticos ou outros serviços que puderem ser executados no Município onde o veículo apresentar defeito ou falha, bem como os custos com caminhão guincho, prancha ou equipamento similar, quando for necessário o deslocamento do veículo até a rede de assistência técnica autorizada, desde que relacionados a defeitos abrangidos pela garantia.

4.22.2. Nos casos de defeito de fabricação e/ou falha cobertos pela garantia, o período para análise e diagnóstico não poderá exceder a 02 (dois) dias corridos, contados a partir da notificação emitida pelo fiscal do contrato, enquanto o prazo para solução do problema não poderá exceder a 10 (dez) dias corridos, contados do término do prazo estabelecido para análise e diagnóstico. Caso não seja possível a realização da análise, do diagnóstico ou da solução do problema nos prazos indicados, em situações específicas nas quais a complexidade dos serviços, a necessidade de peças ou outras circunstâncias tecnicamente justificadas demandem prazo superior, a contratada deverá comunicar formalmente à unidade requisitante as razões da impossibilidade, acompanhadas da respectiva justificativa técnica, cabendo à Administração avaliar eventual prorrogação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis quando caracterizado descumprimento contratual injustificado.

4.22.3. Subsidiariamente às disposições do edital, do Termo de Referência e do instrumento contratual, serão observadas, no que couber, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à responsabilidade pela qualidade, segurança, adequação e garantia dos produtos fornecidos, sem prejuízo da aplicação das disposições específicas da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O veículo deverá ser fornecido em estrita conformidade com as especificações técnicas, características mínimas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo ser novo, zero quilômetro, na cor branca, acompanhado de todos os equipamentos e acessórios exigidos, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, observadas as normas e regulamentações aplicáveis à sua categoria.

5.1.1. Todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo transporte, frete, tributos, seguros, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros ônus necessários à efetiva entrega do veículo, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, não cabendo à Administração Municipal o pagamento de valores adicionais aos estabelecidos na proposta vencedora.

5.1.2. O veículo deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia da montadora e demais documentos necessários à sua identificação, registro e licenciamento, observadas as exigências da legislação vigente.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

5.1.3. O veículo deverá possuir garantia de fábrica, conforme os prazos, condições e coberturas estabelecidos pela respectiva montadora para o modelo e a versão fornecidos, assegurada a assistência técnica autorizada durante o período de garantia, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

5.2. O veículo deverá ser entregue nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento encaminhada pelo Setor de Compras do Município de Recreio/MG, acompanhado da respectiva Nota Fiscal e da documentação exigida para o recebimento do objeto.
5.2.1. Após a entrega, o veículo estará sujeito à conferência, inspeção e avaliação de conformidade, sendo realizado o recebimento provisório pelo Fiscal do Contrato e o recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato, mediante verificação do atendimento integral às especificações técnicas, características e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.
5.2.2. Somente o Fiscal do Contrato formalmente designado poderá realizar o recebimento provisório do veículo, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal substituto, devendo proceder à verificação das condições de entrega, integridade física, documentação, equipamentos, acessórios e demais características exigidas.
5.2.3. O recebimento provisório não implicará aceitação definitiva do objeto, ficando o veículo sujeito à verificação posterior de sua conformidade com as especificações estabelecidas, bem como à identificação de eventuais defeitos, irregularidades ou desconformidades que possam comprometer sua utilização.
5.2.4. Constatadas divergências entre o veículo entregue e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua regularização ou substituição, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para o Município, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
5.2.5. O recebimento definitivo somente será realizado após a comprovação do atendimento integral às exigências contratuais, não afastando a responsabilidade da contratada por eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou irregularidades identificadas posteriormente, observadas as condições de garantia do fabricante e a legislação aplicável.
5.2.6. Nos casos de atraso injustificado na entrega do veículo, a contratada estará sujeita às sanções administrativas estabelecidas no instrumento convocatório e no respectivo contrato, especialmente à aplicação de multa moratória, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.3. O veículo deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Recreio/MG, localizada na Rua Prefeito José Antônio, nº 126, Centro, Recreio/MG, CEP 36.740-000, em local indicado pelo setor responsável pelo recebimento, devendo a contratada providenciar todos os meios necessários ao transporte e à efetiva disponibilização do bem.
5.3.1. O horário de funcionamento para recebimento do veículo será de 08h00 às 17h00, em dias úteis, devendo a contratada realizar o agendamento prévio da entrega junto ao setor

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

responsável, de forma a assegurar a disponibilidade dos agentes públicos designados para o acompanhamento e a conferência do objeto.
5.3.2. A entrega do veículo deverá ocorrer em condições que permitam sua imediata inspeção e avaliação pela Administração Municipal, devendo estar acompanhado de todos os acessórios, equipamentos e documentos exigidos, não sendo admitida a entrega incompleta ou em desconformidade com as especificações estabelecidas.

5.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

5.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
6.1. Caberá ao Fiscal do contrato:
I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;
6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato:
I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.
6.2.1. Estendem-se, no que couber, as atribuições do Gestor de Contrato para as eventuais atas de registro de preços.

6.3. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

7.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

7.4. O Município poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS
8.1. O fornecedor ou prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: Especificação: Equipamentos e Material Permanente; Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00; Ficha: 105 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

Recreio-MG, 24 de novembro de 2026.

_____
Ruan Ferreira Brito
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para aquisição de 01 (um) veículo, zero km, Van 15+1, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio-MG, provenientes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE (Proposta nº 001581/2026, Plano de Trabalho nº 000994/2026), celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Recreio/MG, no âmbito do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, destinado à aquisição de veículo escolar para atendimento aos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de proporcionar condições adequadas de infraestrutura e suporte logístico à Secretaria Municipal de Educação do Município de Recreio/MG, visando assegurar a continuidade, a segurança, a eficiência e a qualidade dos serviços de transporte escolar disponibilizados aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, especialmente àqueles residentes em localidades rurais, comunidades afastadas e regiões que demandam deslocamentos regulares até as unidades educacionais.

2.2. O transporte escolar constitui serviço de relevante interesse público, diretamente relacionado à garantia do acesso e da permanência dos estudantes nas instituições de ensino, representando instrumento essencial para a efetivação do direito fundamental à educação. Considerando as características territoriais do Município de Recreio/MG, que compreende áreas urbanas e rurais, a disponibilização de veículos adequados ao transporte de estudantes mostra-se indispensável para assegurar a regularidade do atendimento educacional, reduzir dificuldades de deslocamento e proporcionar condições apropriadas de mobilidade aos alunos que dependem desse serviço para frequentar as atividades escolares.

2.3. Nesse contexto, a necessidade de manutenção e fortalecimento da capacidade operacional da frota destinada ao transporte escolar demanda investimentos na aquisição de veículos apropriados à finalidade educacional. A insuficiência de veículos disponíveis, associada às necessidades permanentes de manutenção e à utilização contínua da frota existente, poderá ocasionar limitações operacionais, comprometer a regularidade das rotas escolares, ampliar os custos de conservação e dificultar o atendimento adequado da demanda, especialmente nas localidades mais afastadas da sede municipal.

2.4. A aquisição de veículo escolar adequado permitirá o fortalecimento da estrutura de transporte disponibilizada pela Administração Municipal, proporcionando maior segurança, confiabilidade e eficiência na condução dos estudantes, além de contribuir para a organização e a regularidade das rotas escolares. A medida possibilitará melhores condições operacionais à Secretaria Municipal de Educação, favorecendo o atendimento das necessidades de

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

deslocamento dos alunos, a otimização dos recursos públicos empregados no transporte escolar e a melhoria das condições de acesso às unidades educacionais da rede municipal de ensino.

2.5. Ressalta-se que a necessidade identificada está diretamente relacionada à execução do Plano de Trabalho nº 000994/2026, vinculado à Proposta SIGCON nº 001581/2026 e ao Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Recreio/MG, cuja finalidade contempla a aquisição de veículo escolar destinado ao atendimento de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, no âmbito do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, mediante utilização de recursos financeiros estaduais no valor total de R$ 360.612,50 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), conforme condições estabelecidas no instrumento de transferência e respectivo Plano de Trabalho aprovado.

2.6. A aquisição pretendida encontra respaldo no interesse público e na necessidade de fortalecimento da infraestrutura educacional do Município, constituindo medida destinada a conferir maior eficiência, segurança e qualidade à prestação dos serviços de transporte escolar. A iniciativa está alinhada às disposições dos arts. 205 e 208, inciso VII, da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e preveem o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de transporte, bem como aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.7. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de aquisição de veículo escolar destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Recreio/MG, proporcionando condições adequadas para o deslocamento dos estudantes, o fortalecimento da capacidade operacional do transporte escolar e a melhoria dos serviços educacionais prestados à população. A contratação contribuirá para a garantia do acesso à educação, a regularidade da frequência escolar e a efetividade das políticas públicas educacionais, observadas as características e finalidades estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado, as obrigações decorrentes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE e as disposições legais aplicáveis à utilização dos recursos públicos.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. Considerando a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Recreio/MG, bem como as características específicas da contratação pretendida, procedeu-se à avaliação das alternativas disponíveis para atendimento da demanda, observando-se os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, especialmente a origem dos recursos financeiros, a natureza do objeto e a finalidade estabelecida no Plano de Trabalho aprovado.

3.2. Inicialmente, destaca-se que a presente contratação está vinculada à execução de recursos financeiros provenientes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

Recreio/MG, formalizado por meio da Proposta SIGCON nº 001581/2026 e do Plano de Trabalho nº 000994/2026, cujo objeto contempla expressamente a aquisição de veículo escolar destinado ao atendimento de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, no âmbito do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, com previsão de investimento de R$ 360.612,50 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

3.3. Diante dessas particularidades, verifica-se que a Administração Municipal não dispõe de ampla discricionariedade para modificar unilateralmente a natureza ou a finalidade do objeto a ser contratado, uma vez que a aplicação dos recursos deverá observar as condições estabelecidas no instrumento de convênio e no Plano de Trabalho aprovado, garantindo a correspondência entre a despesa realizada, o objeto pactuado e os resultados pretendidos. Eventuais modificações deverão observar os procedimentos e as condições previstos no instrumento de transferência e na legislação aplicável, em atendimento aos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e da economicidade.

3.4. Embora existam, em condições ordinárias de mercado, alternativas para atendimento das necessidades de transporte escolar, como a locação de veículos, a contratação de serviços terceirizados de transporte de estudantes ou a utilização compartilhada de veículos pertencentes à frota municipal, tais possibilidades não se mostram adequadas às características específicas do presente procedimento. Isso porque a finalidade expressamente estabelecida no instrumento de convênio consiste na aquisição de bem permanente, destinado ao atendimento continuado das necessidades de transporte dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, observadas as condições de utilização, conservação e incorporação patrimonial estabelecidas no instrumento.

3.5. A eventual adoção de soluções fundamentadas na locação de veículos ou na contratação de serviços terceirizados de transporte escolar, além de não proporcionar a aquisição definitiva de bem permanente, implicaria alteração da natureza da despesa e da solução prevista no Plano de Trabalho, deixando de atender diretamente ao objeto autorizado para aplicação dos recursos financeiros estaduais. Da mesma forma, a utilização exclusiva de veículos já integrantes da frota municipal, embora possa representar alternativa operacional em determinadas circunstâncias, não concretizaria a finalidade específica do convênio, tampouco proporcionaria a ampliação da capacidade de atendimento pretendida mediante o investimento pactuado.

3.6. Ressalta-se, ainda, que o Plano de Trabalho integra o Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, tendo sido devidamente aprovado pelo órgão concedente, conforme estabelecido no respectivo instrumento. Dessa forma, a adoção de solução distinta daquela expressamente prevista demandaria avaliação específica quanto à possibilidade jurídica, técnica e administrativa de alteração do planejamento aprovado, mediante observância dos procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 48.745/2023 e nas disposições do convênio, não constituindo alternativa compatível com a execução do procedimento nos moldes atualmente pactuados.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

3.7. Sob o aspecto técnico e operacional, a aquisição de veículo escolar próprio apresenta-se adequada ao atendimento da demanda, permitindo sua utilização continuada nas atividades de transporte dos estudantes da rede municipal de ensino, maior autonomia no planejamento e na execução das rotas escolares, ampliação da capacidade operacional da frota e melhoria das condições de segurança, conforto e regularidade dos deslocamentos. A disponibilização do veículo contribuirá para o atendimento dos alunos residentes em diferentes localidades do Município, especialmente nas comunidades rurais e regiões mais afastadas das unidades educacionais, favorecendo a continuidade dos serviços e reduzindo a dependência de soluções externas de transporte.

3.8. Sob a perspectiva econômica, a aquisição de bem permanente possibilitará a utilização do veículo durante sua vida útil, observadas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva, conservação, abastecimento, seguro e demais despesas operacionais, proporcionando à Administração a disponibilidade de ativo patrimonial destinado ao atendimento de necessidades públicas continuadas. Ademais, a utilização dos recursos financeiros especificamente destinados à aquisição permitirá concretizar o investimento previsto no Plano de Trabalho, respeitada a compatibilidade entre o valor estimado da contratação, as especificações técnicas necessárias ao transporte escolar e os preços efetivamente praticados no mercado, de modo a assegurar a aplicação eficiente e economicamente adequada dos recursos públicos.

3.9. Assim, considerando a vinculação dos recursos financeiros ao objeto pactuado, as disposições do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, a finalidade pública estabelecida e as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, conclui-se que a aquisição de veículo escolar constitui a única alternativa viável para atendimento integral da demanda no âmbito das condições atualmente estabelecidas no instrumento de convênio, não se identificando outra solução que assegure, simultaneamente, o cumprimento do objeto aprovado, a adequada aplicação dos recursos estaduais, o fortalecimento da estrutura municipal de transporte escolar e o alcance dos resultados pretendidos.

3.10. Portanto, a solução a ser adotada pela Administração Municipal consiste na aquisição de 01 (um) veículo escolar, destinado ao transporte de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Recreio/MG, observadas as características técnicas mínimas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado, as normas de segurança e os requisitos legais aplicáveis aos veículos destinados ao transporte escolar. Caberá ao Termo de Referência detalhar as especificações técnicas, a capacidade de transporte, os equipamentos obrigatórios, as condições de fornecimento, as exigências de garantia e os critérios objetivos de aceitação do veículo, de modo a assegurar a competitividade, o julgamento objetivo das propostas, o atendimento das finalidades do convênio e a seleção da solução mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

4.1. O veículo a ser adquirido deverá atender integralmente às especificações técnicas, características mínimas e condições de fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação de Recreio/MG, bem como as disposições constantes do Plano de Trabalho nº 000994/2026, vinculado à Proposta SIGCON nº 001581/2026 e ao Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, e a legislação aplicável à fabricação, comercialização, circulação e utilização de veículos destinados ao transporte escolar.

4.2. O objeto deverá consistir em veículo automotor tipo van, novo, zero quilômetro, com carroceria fechada e teto alto, fabricado há, no máximo, 06 (seis) meses contados retroativamente da data de julgamento das propostas, destinado ao transporte escolar, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, sendo 15 (quinze) passageiros e 01 (um) motorista, devendo apresentar, no mínimo, as seguintes características técnicas:

a) Carroceria fechada, tipo van, com teto alto, adequada ao transporte coletivo de passageiros;

b) Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, além do motorista, totalizando, no mínimo, 16 (dezesseis) ocupantes;

c) No mínimo, 03 (três) portas laterais, compreendendo os acessos à cabine do motorista e ao compartimento de passageiros, além de portas traseiras conforme configuração original de fábrica;

d) Motorização a diesel;

e) Potência mínima de 130 CV;

f) Cilindrada mínima de 2.143 cm^3;

g) Sistema de direção hidráulica;

h) Sistema de tração conforme linha de produção do fabricante;

i) Sistema de suspensão conforme linha de produção do fabricante;

j) Sistema de transmissão conforme configuração original de fábrica;

k) Sistema de ar-condicionado com capacidade adequada para climatização da cabine do motorista e do compartimento de passageiros;

l) Bancos individuais ou configuração original homologada para a capacidade exigida, com revestimento resistente e de fácil higienização;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

m) Cintos de segurança para todos os ocupantes, em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

n) Sistema de freios compatível com a categoria e a capacidade do veículo, equipado com os dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente;

o) Sistema de iluminação interna adequado ao compartimento de passageiros;

p) Retrovisores externos, vidros de segurança e demais dispositivos necessários à condução segura do veículo;

q) Sistema de ventilação, iluminação e sinalização conforme as normas aplicáveis à categoria;

r) Registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, quando exigido pela legislação aplicável ao transporte escolar;

s) Identificação externa de transporte escolar, incluindo faixa horizontal com a inscrição "ESCOLAR" e demais elementos de sinalização obrigatórios previstos na legislação vigente;

t) Equipamentos de segurança e dispositivos de emergência exigidos para veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;

u) Todos os equipamentos, componentes e acessórios obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro e nas regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN aplicáveis à categoria e à finalidade do veículo.

4.3. O veículo deverá ser fornecido em sua configuração original de fábrica, acompanhado de todos os equipamentos e acessórios de série correspondentes à versão ofertada, tendo como referência as informações técnicas disponibilizadas pelo fabricante, inclusive aquelas constantes dos catálogos, fichas técnicas e demais documentos oficiais. Eventuais adequações necessárias à utilização como transporte escolar deverão observar as normas de segurança, as exigências de homologação e as disposições da legislação vigente, sendo vedada a supressão de equipamentos integrantes da configuração originalmente comercializada.

4.4. O veículo deverá ser comprovadamente novo, zero quilômetro, sem utilização anterior para fins particulares, comerciais ou institucionais, admitindo-se exclusivamente a quilometragem necessária aos procedimentos de fabricação, inspeção, testes, preparação e transporte até o local de entrega, não sendo aceitos veículos usados, seminovos, recondicionados ou recuperados de sinistros.

4.5. A data de fabricação do veículo deverá observar o limite máximo de 06 (seis) meses estabelecido nas especificações do objeto, contados retroativamente da data de julgamento das

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

propostas, devendo a contratada apresentar, quando solicitado pela Administração, documentação idônea que possibilite a comprovação do atendimento dessa condição.

4.6. O veículo deverá atender integralmente às normas de segurança e às regulamentações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, pela Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN e pelos demais órgãos competentes, especialmente quanto aos equipamentos obrigatórios, sistemas de segurança, identificação veicular, emissão de poluentes, transporte coletivo de passageiros e requisitos específicos aplicáveis aos veículos destinados à condução de escolares, observadas as disposições dos arts. 136 a 139 do Código de Trânsito Brasileiro, no que couber.

4.7. Os equipamentos e acessórios integrantes do veículo deverão ser novos, originais ou homologados pelo fabricante, compatíveis com a versão fornecida e devidamente instalados, não sendo admitidas adaptações que comprometam a segurança, o desempenho, a integridade estrutural, a capacidade de transporte ou as condições de garantia do bem. As adequações destinadas ao transporte escolar deverão ser executadas de acordo com as exigências legais e técnicas pertinentes, assegurando condições apropriadas de utilização e segurança dos estudantes.

4.8. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem apresentar defeitos de fabricação, avarias, danos estruturais, falhas mecânicas, elétricas ou eletrônicas, devendo estar devidamente preparado para sua utilização regular pela Administração Municipal, com todos os sistemas, equipamentos e acessórios em pleno funcionamento, especialmente aqueles relacionados à segurança e ao conforto dos passageiros.

4.9. A contratada deverá fornecer o veículo acompanhado de toda a documentação necessária à sua identificação, registro, licenciamento e utilização, incluindo a respectiva nota fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia, documentação técnica do fabricante e demais documentos exigidos pela legislação vigente, de modo a permitir sua regular identificação e incorporação à carga patrimonial do Município, bem como a realização dos procedimentos administrativos necessários à autorização para circulação como veículo de transporte escolar perante os órgãos competentes.

4.10. O veículo deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, abrangendo os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, sistemas de direção, transmissão, suspensão, climatização e demais componentes contemplados pelas condições de garantia do fabricante, observados os prazos e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legalmente asseguradas à Administração.

4.11. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar o atendimento das solicitações relacionadas a eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento, providenciando, diretamente ou por intermédio da rede de assistência técnica autorizada, os reparos e

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

substituições necessários, sem custos adicionais para a Administração quando abrangidos pela garantia, visando preservar a segurança, a confiabilidade e a disponibilidade operacional do veículo destinado ao transporte dos estudantes.

4.12. O fornecimento deverá ocorrer no local, prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, cabendo à contratada assumir integralmente os custos de transporte, frete, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias à efetiva entrega do veículo, incluindo os custos relativos aos equipamentos e acessórios exigidos nas especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.

4.13. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo as informações necessárias à identificação individualizada do veículo, especialmente marca, modelo, versão, ano de fabricação, ano/modelo, número do chassi e demais elementos exigidos pela legislação aplicável, assegurando a rastreabilidade da aquisição e a adequada comprovação da despesa realizada com recursos provenientes do Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE.

4.14. O recebimento do veículo ficará condicionado à verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, podendo a Administração realizar inspeções, conferências documentais e testes de funcionamento necessários à comprovação do atendimento das exigências previstas, especialmente quanto à capacidade de passageiros, motorização, sistemas de segurança, equipamentos obrigatórios e condições de utilização no transporte escolar.

4.15. Constatadas irregularidades, avarias, defeitos ou divergências entre as características do veículo entregue e aquelas estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá promover as correções ou substituições necessárias, sem ônus adicional para a Administração, observados os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, não sendo admitido o recebimento definitivo de veículo que apresente desconformidades capazes de comprometer sua segurança, funcionalidade ou adequação à finalidade pretendida.

4.16. Serão admitidos veículos de diferentes marcas, modelos e fabricantes disponíveis no mercado nacional, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas, inclusive mediante apresentação de características técnicas similares ou superiores, quando compatíveis com os parâmetros expressamente exigidos, não sendo admitida preferência injustificada por fabricante ou modelo específico.

4.17. As características técnicas estabelecidas deverão observar os resultados do levantamento de mercado e as necessidades identificadas pela Administração Municipal, buscando assegurar a aquisição de veículo que apresente condições satisfatórias de segurança, conforto, confiabilidade, desempenho, capacidade de transporte e durabilidade, especialmente em razão de sua utilização no deslocamento de alunos da rede municipal de ensino, sem imposição de

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

exigências excessivas ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a competitividade do procedimento licitatório.

4.18. A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, à responsabilidade pela qualidade e conformidade do objeto, ao atendimento das determinações da fiscalização e à adoção das providências necessárias à adequada execução da contratação, bem como as normas de trânsito e de segurança aplicáveis aos veículos destinados ao transporte escolar.

4.19. Considerando a natureza comum do objeto e a existência de fornecedores regularmente estabelecidos no mercado de veículos automotores, não se identifica a necessidade de exigências de qualificação técnica especializadas que extrapolem aquelas estritamente indispensáveis à comprovação da capacidade de fornecimento do bem nas condições estabelecidas, devendo ser preservados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ampla competitividade, sem prejuízo da comprovação de conformidade do veículo com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à sua categoria.

4.20. A execução da contratação deverá assegurar a correspondência entre o veículo efetivamente adquirido e o objeto previsto no Plano de Trabalho nº 000994/2026, vinculado à Proposta SIGCON nº 001581/2026 e ao Convênio de Saída nº 1261004019/2026/SEE, garantindo a adequada aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado de Minas Gerais, a rastreabilidade da despesa, o controle patrimonial do bem e o atendimento à finalidade pública estabelecida, em conformidade com as disposições do Decreto Estadual nº 48.745/2023 e demais normas aplicáveis à execução e prestação de contas dos recursos conveniados.

4.21. Dessa forma, os requisitos estabelecidos destinam-se a assegurar o fornecimento de veículo escolar adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio/MG, proporcionando segurança, conforto, eficiência, confiabilidade e durabilidade no transporte dos estudantes, contribuindo para a regularidade das rotas escolares, a melhoria das condições de deslocamento dos alunos e o fortalecimento dos serviços públicos educacionais, em conformidade com as condições técnicas da contratação e com os princípios que regem a Administração Pública.

4.22. O veículo deverá ser fornecido com garantia de fábrica, conforme os prazos, condições e coberturas estabelecidos pela respectiva montadora para o modelo e a versão ofertados, contada a partir da data de entrega e recebimento definitivo do bem pela Administração Municipal, abrangendo eventuais defeitos de fabricação e funcionamento dos componentes e sistemas contemplados pela garantia. Durante sua vigência, deverá ser assegurado o acesso à rede de assistência técnica autorizada do fabricante, observadas as condições previstas no manual de garantia, sem qualquer ônus para a Administração quanto aos reparos e substituições decorrentes de defeitos cobertos pela garantia contratual.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

4.22.1. Nos casos de defeito de fabricação e/ou falha, excetuados os decorrentes de uso impróprio, a partir da entrega do bem, será de responsabilidade da empresa vencedora o custeio de todos os serviços necessários ao atendimento da garantia, incluindo, mas não se limitando a peças, acessórios, mão de obra, deslocamento, estadia e alimentação do técnico responsável, nos casos de análises, diagnósticos ou outros serviços que puderem ser executados no Município onde o veículo apresentar defeito ou falha, bem como os custos com caminhão guincho, prancha ou equipamento similar, quando for necessário o deslocamento do veículo até a rede de assistência técnica autorizada, desde que relacionados a defeitos abrangidos pela garantia.

4.22.2. Nos casos de defeito de fabricação e/ou falha cobertos pela garantia, o período para análise e diagnóstico não poderá exceder a 02 (dois) dias corridos, contados a partir da notificação emitida pelo fiscal do contrato, enquanto o prazo para solução do problema não poderá exceder a 10 (dez) dias corridos, contados do término do prazo estabelecido para análise e diagnóstico. Caso não seja possível a realização da análise, do diagnóstico ou da solução do problema nos prazos indicados, em situações específicas nas quais a complexidade dos serviços, a necessidade de peças ou outras circunstâncias tecnicamente justificadas demandem prazo superior, a contratada deverá comunicar formalmente à unidade requisitante as razões da impossibilidade, acompanhadas da respectiva justificativa técnica, cabendo à Administração avaliar eventual prorrogação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis quando caracterizado descumprimento contratual injustificado.

4.22.3. Subsidiariamente às disposições do edital, do Termo de Referência e do instrumento contratual, serão observadas, no que couber, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à responsabilidade pela qualidade, segurança, adequação e garantia dos produtos fornecidos, sem prejuízo da aplicação das disposições específicas da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. Se tratando de demanda única e específica não se fez necessária a realização de cálculos para estabelecer o quantitativo a ser contratado.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/21.

6.2. Utilizou-se como parâmetro de obtenção dos valores as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa.

6.3. Para esta licitação, a Administração optou por preservar o sigilo dos valores obtidos na pesquisa de mercado, visando fomentar a disputa na fase de lances, com a expectativa que resulte em uma proposta mais vantajosa do objeto. A justificativa para manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública está respaldada no Art. 24 da Lei Federal nº

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

14.133/2021. Este artigo prevê que o sigilo do orçamento estimado é uma exceção importante para assegurar a competitividade e a obtenção da melhor proposta para a administração pública. Motivos para a Manutenção do Sigilo:

I - Assegurar a Competitividade: Evitar Acordos Entre Licitantes: A divulgação prévia do orçamento estimado pode incentivar acordos entre os licitantes para que os preços ofertados sejam próximos ao limite máximo estabelecido pela administração, comprometendo a competitividade do certame.

II- Estimular Propostas Justas: O sigilo do orçamento força os licitantes a apresentarem propostas baseadas em seus próprios custos e margens de lucro, promovendo um ambiente de concorrência justa e transparente.

III- Prevenção de Sobrepreços: Sem conhecimento prévio do orçamento estimado, os licitantes têm menor chance de inflacionar os preços ofertados, o que ajuda a administração a obter propostas mais vantajosas economicamente.

IV- Eficiência dos Recursos Públicos: A preservação do sigilo orçamentário contribui para a eficiência do uso dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro público seja empregado da melhor forma possível, com preços competitivos e justos.

6.3.1. Manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública, conforme previsto no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, é uma medida estratégica que visa assegurar a competitividade, obter propostas mais vantajosas, proteger informações sensíveis e garantir a eficiência no uso dos recursos públicos. Dessa forma, a administração pública cumpre seu dever de promover uma gestão transparente e eficiente, beneficiando a sociedade com contratações mais econômicas e justas.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. Em observância ao princípio do parcelamento, optou-se pela realização divisão do objeto em itens, para fomentar a disputa e alcançar o maior número de fornecedores interessados na participação do certame, haja vista que os objetos não possuem interpendência entre si que inviabilizem a execução por licitantes distintos.

7.2. Conforme estabelecido no inciso XLI do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando se tratar de aquisição de bens comuns, a modalidade a ser adotada para presente contratação é o Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

9.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

10- ANÁLISE DE RISCOS

10.1. Constitui risco para a demanda o atraso injustificado na execução do objeto, ocasionando prejuízos e atrasos nos serviços prestados pela administração pública municipal. Para respaldar a administração pública municipal contra os atrasos se faz necessária a inclusão de multa por mora, nos moldes a seguir:

I- O licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

II- Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

a) Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

b) Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

c) Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, não se identifica a possibilidade de impactos ambientais significativos. Trata-se da distribuição de itens comuns, devidamente produzidos e embalados em conformidade com a legislação pertinente ao ramo de atividade ao qual pertencem.

12- CONCLUSÃO

12.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Recreio-MG, xx de xxxxxxxxxxx de 2026.

_____
Ruan Ferreira Britto
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
PREGÃO Nº 054/2026
MINUTA CONTRATUAL
ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RECREIO E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE RECREIO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 17.735.754/0001-92, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Sr. Leandro Ferreira Medeiros, portador da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 101/2026, Pregão nº 054/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo, zero km, Van 15+1, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Recreio-MG.**

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.		UNID	01		

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. O presente instrumento perfaz um valor global de R$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento constante na planilha do item 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado, ressalvados os casos supervenientes, devidamente comprovados, respeitando as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O veículo deverá ser fornecido em estrita conformidade com as especificações técnicas, características mínimas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo ser novo, zero quilômetro, na cor branca, acompanhado de todos os equipamentos e acessórios exigidos, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, observadas as normas e regulamentações aplicáveis à sua categoria.

3.1.1. Todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo transporte, frete, tributos, seguros, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros ônus necessários à efetiva entrega do veículo, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, não cabendo à Administração Municipal o pagamento de valores adicionais aos estabelecidos na proposta vencedora.

3.1.2. O veículo deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia da montadora e demais documentos necessários à sua identificação, registro e licenciamento, observadas as exigências da legislação vigente.

3.1.3. O veículo deverá possuir garantia de fábrica, conforme os prazos, condições e coberturas estabelecidos pela respectiva montadora para o modelo e a versão fornecidos, assegurada a assistência técnica autorizada durante o período de garantia, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

3.2. O veículo deverá ser entregue nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento encaminhada pelo Setor de Compras do Município de Recreio/MG, acompanhado da respectiva Nota Fiscal e da documentação exigida para o recebimento do objeto.

3.2.1. Após a entrega, o veículo estará sujeito à conferência, inspeção e avaliação de conformidade, sendo realizado o recebimento provisório pelo Fiscal do Contrato e o recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato, mediante verificação do atendimento integral às especificações técnicas, características e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

3.2.2. Somente o Fiscal do Contrato formalmente designado poderá realizar o recebimento provisório do veículo, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal substituto, devendo proceder à verificação das condições de entrega, integridade física, documentação, equipamentos, acessórios e demais características exigidas.

3.2.3. O recebimento provisório não implicará aceitação definitiva do objeto, ficando o veículo sujeito à verificação posterior de sua conformidade com as especificações estabelecidas, bem como à identificação de eventuais defeitos, irregularidades ou desconformidades que possam comprometer sua utilização.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

3.2.4. Constatadas divergências entre o veículo entregue e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua regularização ou substituição, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para o Município, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
3.2.5. O recebimento definitivo somente será realizado após a comprovação do atendimento integral às exigências contratuais, não afastando a responsabilidade da contratada por eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou irregularidades identificadas posteriormente, observadas as condições de garantia do fabricante e a legislação aplicável.
3.2.6. Nos casos de atraso injustificado na entrega do veículo, a contratada estará sujeita às sanções administrativas estabelecidas no instrumento convocatório e no respectivo contrato, especialmente à aplicação de multa moratória, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O veículo deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Recreio/MG, localizada na Rua Prefeito José Antônio, nº 126, Centro, Recreio/MG, CEP 36.740-000, em local indicado pelo setor responsável pelo recebimento, devendo a contratada providenciar todos os meios necessários ao transporte e à efetiva disponibilização do bem.
3.3.1. O horário de funcionamento para recebimento do veículo será de 08h00 às 17h00, em dias úteis, devendo a contratada realizar o agendamento prévio da entrega junto ao setor responsável, de forma a assegurar a disponibilidade dos agentes públicos designados para o acompanhamento e a conferência do objeto.
3.3.2. A entrega do veículo deverá ocorrer em condições que permitam sua imediata inspeção e avaliação pela Administração Municipal, devendo estar acompanhado de todos os acessórios, equipamentos e documentos exigidos, não sendo admitida a entrega incompleta ou em desconformidade com as especificações estabelecidas.

3.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

3.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
4.1. Caberá ao Fiscal do contrato:

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;
4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

4.2. Caberá ao Gestor do Contrato:
I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO
5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE.**
5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.
5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.
5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
6.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, até o dia 23/11/2027.
7.2.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Geral Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES
8.1. São obrigações do **CONTRATANTE:**
I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do **CONTRATADO**
I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;
II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar e
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- A natureza e a gravidade da infração cometida.
II- As peculiaridades do caso concreto
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública
V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 9.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 9.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 9.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 9.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 9.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor do órgão.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.
9.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.16. Além das sanções previstas no item 9.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.
9.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:
I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
9.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

VIII – atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: Especificação: Equipamento e material permanente; Natureza da despesa: 4.4.90.52.00; Ficha: 105 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE,** segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Prefeitura Municipal de Recreio
FLS
VISTO

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO
15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Leopoldina-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Recreio, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS	**xxxxxxxxxxxxxxx**
MUNICÍPIO DE RECREIO	**xxxxxxxxxxxxxxxxx**
CONTRATANTE	**CONTRATADO**